



Texto para Discussão 005 | 2022

Discussion Paper 005 | 2022

Notas sobre a reconstrução do Brasil

Elias Jabbour

Professor Associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ)

Eduardo Costa Pinto

Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ)

Alexis Dantas

Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ)

This paper can be downloaded without charge from

<https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>

Notas sobre a reconstrução do Brasil

Fevereiro, 2022

Elias Jabbour

Professor Associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ)

Eduardo Costa Pinto

Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ)

Alexis Dantas

Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ)

Resumo

O futuro do Brasil talvez seja um dos grandes temas a serem abordados durante este e os próximos anos. De seu futuro depende muito as próprias perspectivas ao desenvolvimento da América Latina. Neste artigo buscamos ir além do atual diagnóstico sobre os problemas brasileiros. Partindo, e dissertando sobre, do pressuposto de que o Brasil passa por uma de suas mais agudas crises e que essa crise levou à inviabilização do capitalismo industrial brasileiro, tentamos neste artigo dar um passo além. Além de contar a história de nossa “guerra de todos contra todos”, propomos uma composição política capaz de iniciar o processo de reconstrução nacional. Amparados em nossa própria história nacional nossas “notas sobre a reconstrução do Brasil” incluem medidas no sentido de retomar o desenvolvimento econômico do Brasil pela via da mudança qualitativa do papel do Estado e aproveitando as oportunidades abertas pela ascensão chinesa.

Palavras-chave: capitalismo brasileiro, crise, nova maioria política, reconstrução nacional, desenvolvimento

“Não basta dizer, como fazem os franceses, que a sua nação teria sido surpreendida. Nem a uma nação se perdoa o momento de distração em que o primeiro aventureiro que aparece consegue violentá-la. Expressões desse tipo não solucionam o enigma, mas apenas lhe conferem outra formulação”

Karl Marx (1859)

1 Introdução

O Brasil, desde 2015, está atravessando uma de suas maiores crises e em múltiplos planos da vida social (econômico/acumulação, emprego e renda; político/representação e cena política; institucional e democrática; e sanitária com a pandemia da covid-19) com intensidades e temporalidades diferentes ao longo desse período.

Essas questões formataram uma crise de caráter estrutural em que os atuais instrumentos econômicos, políticos e institucionais disponíveis são insuficientes para geri-la e debelá-la. Parafraseando Guimarães Rosa, o Brasil está na rua, no meio do redemoinho, sendo que o redemoinho pode ser caracterizado como “a briga de ventos. Ou quando um esbarra com outro, e se enrolam, o doido espetáculo” (ROSA, 1994: 341). Desde 2015, a “briga de ventos” provocou a destruição de empresas e empregos, a deterioração da legitimidade das instituições e redução da autonomia nacional.

Esse redemoinho sob o governo Bolsonaro, foi formado por vários ventos, vindos de diversas direções e intensidades. O vento que veio dos quartéis, trazendo o capitão Bolsonaro, somente apareceu por volta de 2016/2017 e não pode ser responsabilizado exclusivamente pela profunda crise que o Brasil atravessa. Esse “doido espetáculo” foi impulsionado pelo vento vindo do imperialismo dos Estados Unidos, que fermentou a bactéria da Operação Lava Jato, geradora de instabilidades institucionais para o corpo brasileiro. Mas a formação e a permanência desse redemoinho não conseguem ser compreendidos sem os ventos do desmanche (de Temer a Bolsonaro) gerados pela mega burguesia brasileira que, desde 2016, com o Golpe Parlamentar, está implementando uma reconfiguração do padrão de acumulação do capitalismo brasileiro (“ponte para o futuro” do capital) expresso: no desmanche da constituição de 1988 e das capacidades

governamentais para (i) abrir novos espaços de acumulação; (ii) recuperar e manter as taxas de lucros das maiores empresas (mega burguesia); e (iii) aumentar o grau de controle, coerção e exploração da massa trabalhadora cada vez mais despossuída¹.

Se, por um lado, esse “doido espetáculo” representa a destruição, a desorganização, a desconfiguração das demarcações anteriores que até então conhecíamos, permitindo o avanço do poder da mega burguesia brasileira em sua busca por mais lucro e espaços de acumulação de capital; por outro, ele explicitou as entranhas da formação social brasileira, estruturada pelo “jeitão” dos setores dominantes, nos termos de Oliveira (2012) – que possuem um caráter anti-reformista social, escravocrata e autoritário –, que ficou escondido sob um suposto verniz de progresso e modernidade da burguesia brasileira e das camadas sociais médias.

Enxergar essas entranhas faz-se necessário para que seja possível adotar táticas e estratégias que possibilitem novas formas de luta para a configuração do novo, transformando o redemoinho numa travessia de refundação do Brasil, que incorpore social, política e institucionalmente a maior parte da população que sempre esteve fora desse “suposto estado de direito”, implementado desde a Proclamação da República em 1889.

A reconstrução não será feita por meio de desejos ou idealizações. Nem pelo convencimento que tal teoria econômica é melhor do que outra para gerar crescimento. Nem com o retornar de uma harmonia social e racial, que nunca existiu no Brasil, talvez apenas nos desejos freirianos, mas que foi instrumento ideológico fundamental dos setores dominantes brasileiros diante do trabalho organizado e não organizado.

O Brasil foi forjado por meio de uma profunda exploração e repressão social de suas populações. Essas marcas permanecem até os dias atuais e são decorrências: 1) dos quase quatrocentos anos de escravidão que, associado ao projeto de branqueamento, durante o segundo Reinado e a República Velha, forjaram o racismo estrutural (Almeida, 2018); 2)

¹ Cerca de 59% da população brasileira, no final de 2020, vivia com algum tipo de segurança alimentar por falta de renda. Ver Galindo *et al.* (2021).

do profundo anti-reformismo social do conjunto das classes dominantes brasileiras, que tem sua origem nas práticas e políticas dos grandes proprietários de terra (Oliveira, 2009); 3) da repressão brutal, por meio do aparato estatal, aos que ousaram no campo (Quilombos, Canudos, Contestados, ligas camponesas, Movimento Sem Terra/MST, etc.) ou na cidade (greves operários, movimentos comunitários, reformas de base, etc.) questionar a ordem, profundamente desigual, brasileira.

Nesse sentido, os ventos da reconstrução/refundação não surgirão de forma espontânea, nem muito menos a partir de reconfiguração de uma reconciliação de classes como observado ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (Workers' Party – PT) (2003-2016), pois a mega burguesia brasileira, desde 2016 com o Golpe Parlamentar, está obtendo expressivos lucros.

Diante disso, o objetivo deste artigo é tratar, de forma sumária e estilizada, do processo histórico em andamento com vistas a apontar alternativas no sentido da reconstrução do Brasil pós-Bolsonaro. Além desta introdução, o artigo terá outras quatro seções. A primeira apresenta as principais características da crise atual e seus desdobramentos. A segunda pontuando sobre a necessidade de uma nova maioria política no país com convicções claras em torno de um projeto civilizacional (que incorpore as questões racial e de gênero como parte do fundamental da questão nacional) de reconstrução do país. A seção seguinte tratará do ambiente externo da reconstrução e, antes das conclusões, pontuaremos o caminho para a reconstrução do capitalismo industrial brasileiro.

2 A crise em suas múltiplas dimensões

O Brasil está na rua, no meio do redemoinho, sendo que este foi formado por vários ventos, vindos de diversas direções e intensidades. O vento dos quartéis, que trouxeram o capitão Bolsonaro, somente apareceu com força entre 2016/2017 e não pode ser responsabilizado exclusivamente pela profunda crise que o Brasil atravessa. As bandeiras, levantadas em 2018 pelo candidato Bolsonaro e pelos militares, do restabelecimento da ordem econômica, política, moral e psicossocial brasileira vêm caindo uma a uma: desde a posse em 2019 até a não punição do general da ativa Eduardo Pazuello, ex-ministro da

Saúde, que participou de manifestação política com o presidente, ato proibido pelo regimento do Exército.

Apesar de não ser sua causa originária, a forma de governar de Bolsonaro amplia a crise na medida em que, por um lado, mina as instituições (sistema político, Supremo Tribunal Federal/STF, etc.) que já estavam fragilizadas e, por outro, concede benesses, em troca de apoio, para os militares, tais como tratamento especial no quadro da reforma da Previdência, ampliação dos cargos ocupados no governo, reestruturação da carreira militar (que implicou aumento salarial nos níveis hierárquicos mais altos) e ampliação dos gastos e investimentos do Ministério da Defesa, mesmo com o teto de gastos.

Bolsonaro e os militares hoje no governo não são o fato gerador da crise brasileira, e sim uma infecção oportunista que se apropria de um corpo doente. O Brasil já se encontrava no meio do redemoinho, lançado em várias direções, retorcido e deslegitimado pelos ventos que sopravam de outras paragens. Esse novo vento, na verdade, ampliou o redemoinho que já tinha ganhado forma em 2015.

Esse redemoinho foi impulsionado pelo vento vindo dos Estados Unidos, que fermentou a bactéria geradora da instabilidade (a Operação Lava Jato) para o corpo brasileiro. Após a descoberta do pré-sal, os órgãos de inteligência norte-americanos, sobretudo a Agência Nacional de Segurança (National Security Agency – NSA), vinham espionando a Petrobras e a presidenta Dilma Rousseff, conforme arquivos obtidos com o ex-analista da NSA, Edward Snowden, em 2013. Mais recentemente, com o caso da Vaza Jato, ficou explícito que o Departamento de Justiça dos Estados Unidos passou informações, de forma ilegal, para a Operação Lava Jato. Para muitos analistas, as primeiras informações sobre a corrupção na Petrobras e suas conexões com as empresas líderes da construção civil nacional, obtidas pela Lava Jato em Curitiba, teriam vindo do Departamento de Justiça, repassadas provavelmente pela NSA.

Com essas informações, a força-tarefa de Curitiba passou a utilizar mecanismos de flexibilização e/ou quebra do regramento jurídico para alcançar seus fins por meio da geração de instabilidade política (um dos elementos centrais de sua estratégia) e de vazamentos ilegais para a imprensa, para pressionar os agentes políticos e as instâncias superiores do Judiciário a prosseguir no combate à corrupção.

Esse vento dos EUA, se tornou devastador, provavelmente poderia ter sido contido por mecanismos institucionais em sua fase inicial de expansão. No entanto, ele ganhou força e foi alimentado por diversas forças sociais nacionais (frações da burguesia, políticos, burocracia estatal, classes médias, STF etc.) que procuravam alcançar seus interesses num contexto de crise econômica e política.

Essas forças sociais achavam que, cada uma isoladamente, poderiam conter o vento ou direcioná-lo para destruir seus competidores, adversários e desafetos. Com isso, o redemoinho se formou e ganhou uma força inimaginável, e segue deixando um rastro de golpes institucionais (golpe de 2016 e exclusão da candidatura de Lula, em 2018), de desestruturação de bases produtivas e de degradação institucional.

A desestruturação das bases produtivas e institucionais interessa, sim, aos agentes externos, especialmente aos norte-americanos e seu Estado nacional, pois isso (i) possibilitou a abertura da exploração do pré-sal para as empresas estrangeiras; (ii) contribuiu para a ampliação de vendas de equipamentos para essa exploração por empresas estrangeiras, como a norte-americana Halliburton; (iii) desestabilizou o engajamento do Brasil nos arranjos configurados pelos BRICS; (iv) desestabilizou a presença das empresas de construção civil nacional (Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa) na América Latina e África, abrindo espaços para novos entrantes; e (v) possibilitou o acordo de uso da base de Alcântara pelos Estados Unidos.

Portanto, geopoliticamente é impossível não relacionar a Operação Lava-Jato e o golpe de 2016 com uma grande ofensiva do imperialismo na região, inaugurando e reinventando formas híbridas à desestabilização de países e desintegração de sociedades com o claro objetivo estratégico de reinventar uma ordem mundial obsoleta, por isso pautada na violência. Neste sentido, mais internacional e amplo, a reorganização da Rússia enquanto potência militar soberana e a transformação da China em grande potência ascendente, exportadora em massa de bens públicos e pautando uma possível globalização alternativa à neoliberal (Vadell *et al.*, 2019; Vadell, 2020) abrem possibilidades ao Brasil ainda a serem elaboradas e melhor exploradas.

Desde 2015, o Brasil vive uma trajetória caótica, sem rumo, com a deterioração e a perda de legitimidade das instituições, que continuam existindo materialmente, mas perderam

a capacidade de reduzir incertezas e incentivar os avanços das ações humanas econômicas, sociais e políticas coordenadas.

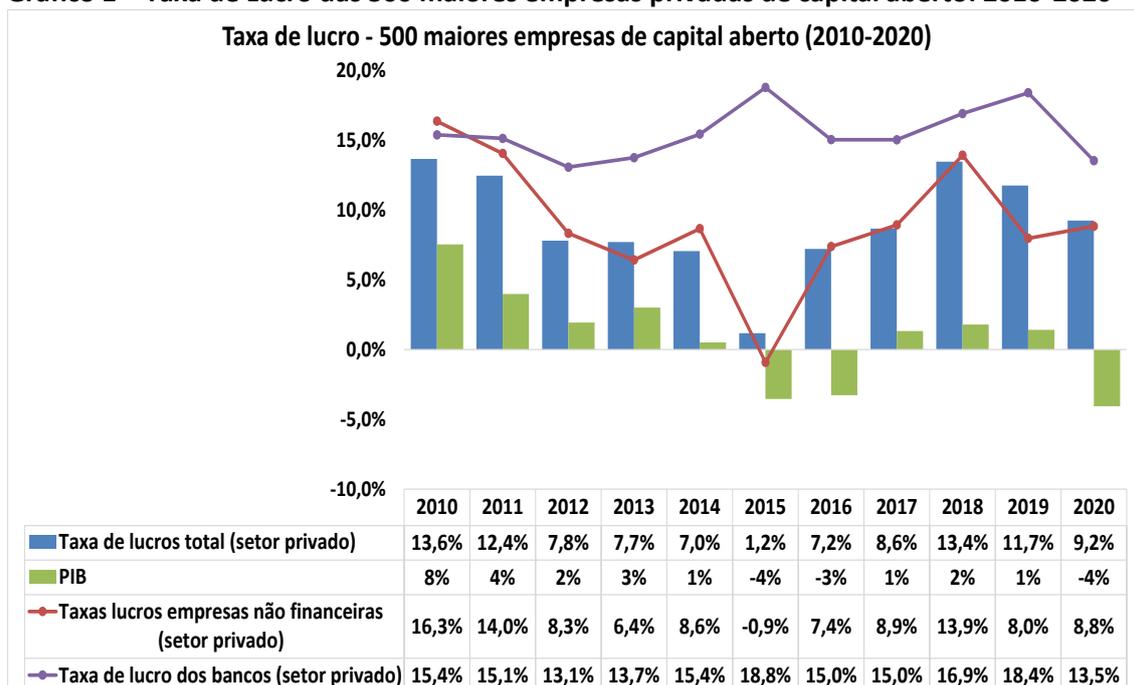
Pinto *et al.* (2019) relaciona esse processo de crise profunda com o chamado 18 Brumário de Luís Bonaparte, encetando um conceito de “guerra de todos contra todos” cujo ponto de partida é a própria Operação Lava Jato. Segundo Pinto *et al.* (2019: 110),

isso ocorre em virtude (i) da separação expressiva entre o “poder de classe” (bloco no poder) e o “poder de Estado”, conforme apontou Marx (2011) n’O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, e da (ii) perda de legitimidade das instituições, que continuam existindo materialmente, mas perdem a capacidade de reduzir incertezas e incentivar os avanços das ações humanas econômicas, sociais e políticas coordenadas. Com isso, impede-se qualquer padrão de formação de expectativas econômicas e políticas a respeito do devir, criando um encurtamento das decisões e dificultando tanto os investimentos como a formação de consensos políticos mínimos.

Com isso, impede-se qualquer padrão de formação de expectativas econômicas e políticas a respeito do devir, criando-se um encurtamento das decisões e dificultando-se os investimentos, a formação de consensos políticos mínimos e a configuração de um padrão de desenvolvimento inclusivo socialmente e sustentável ambientalmente.

Se, por um lado, essa crise impede o devir, por outro ela vem possibilitando uma profunda reconfiguração do capitalismo brasileiro, capitaneado, em boa parte, pela burguesia em seu projeto de desmanche da Constituição de 1988 e das capacidades governamentais (empresas e bancos estatais, instrumentos de intervenção direta do Estado na economia e criminalização das políticas públicas verticais), para abrir novos espaços de acumulação e recuperar as taxas de lucro das quinhentas maiores empresas não financeiras privadas de capital aberto que caíram entre 2011 e 2015:

Gráfico 1 – Taxa de Lucro das 500 maiores empresas privadas de capital aberto: 2010-2020



Fonte: Economática. Elaboração própria

Para isso, os setores dominantes brasileiros se unificaram, desde o golpe parlamentar de 2016, passando pelo governo Temer, até o governo Bolsonaro, com seu ministro da Economia, Paulo Guedes, em torno do juízo de que a única alternativa para destravar a acumulação seriam as reformas neoliberais (previdenciária, trabalhista, administrativa, teto de gastos) e as privatizações (Eletrobras, venda de ativos da Petrobras etc.), que repassavam o ajuste dos custos da crise de acumulação para os trabalhadores, pois, para eles, os entraves ao crescimento seriam fruto das políticas de ganhos reais do salário, da ampliação das políticas de proteção e dos gastos públicos com as políticas universalizantes (saúde e educação), decorrentes da Constituição de 1988.

Não por acaso, a burguesia brasileira apoiou fortemente o candidato Bolsonaro e seu ministro da Economia neoliberal, defensor das privatizações e das reformas pró-mercado. Nesse sentido, a redução da atuação do Estado brasileiro na economia, por meio da venda de ativos públicos e das privatizações de suas empresas, tem sido alardeada pelo governo Bolsonaro, pelos setores dominantes brasileiros e pelos economistas de mercado como o caminho do nirvana para o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

O problema é que o nirvana nunca chega para todos numa ordem capitalista. Pelo contrário, o Brasil permanece no redemoinho, numa profunda crise econômica, social e institucional. O esgarçamento do tecido social brasileiro é um dado fatal da realidade. Os dados sobre desemprego, desalento, insegurança alimentar e precarização do trabalho estão disponíveis em sites especializados e apontam para uma situação de degradação da vida nacional e social que se aproxima de uma “mexicanização”, com o Estado sendo substituído pelo crime organizado em amplas parcelas geográficas de grandes cidades como o Rio de Janeiro. O poder político expressa a base material, em grande medida: Jair Bolsonaro é um fiel representante e síntese de todas essas frações reacionárias de classe e suas representações nos espaços locais. É indissociável a pessoa de seus elos políticos e de compromissos de classe.

A questão é que esse redemoinho tem sido funcional para a mega e a grande burguesia brasileira (maiores empresas) aumentarem seus lucros desde 2016 (Gráfico 1). Cabe observar que o bloco no poder do capitalismo brasileiro (frações da mega e da grande burguesia), com a crise de 2015 e 2016 e com os efeitos destrutivos da Lava Jato, passou por importantes modificações, com o aumento do poder dos segmentos comerciais (varejo e serviços, sobretudo os médicos), com a manutenção do poder dos segmentos bancário-financeiro, com a forte redução dos segmentos industriais, exceto aqueles intensivos em capital baseado em commodities (petróleo e gás, siderurgia, papel e celulose, mineração, produtos alimentares etc.), e com o aumento do poder da burguesia agropecuária, que sempre teve um papel sobre determinado no que diz respeito à sua participação política no Congresso².

Esse aumento no poder das empresas (capital) diante dos trabalhadores, com a mudança do padrão de acumulação em curso, sob patrocínio da burguesia brasileira, tem sido

² Esse processo ocorre em meio a formação, em grande medida, em pautas mínimas do capital comercial que apeia do bloco de poder o capital industrial com o golpe de 2016, entre elas as reformas trabalhistas. Pelo lado do sistema financeiro, inovações institucionais são implementadas à criação de barreiras ao gasto público (criminalização da política fiscal), privatizações predatórias, mudança da política de preços praticados pela Petrobras e seu fatiamento. O capitalismo brasileiro submerge após um século XX caracterizado pelas maiores taxas de crescimento econômico do mundo.

funcional para a grande e a mega burguesia brasileira (maiores empresas) em recuperar sua lucratividade e criar espaços de acumulação.

Como isso foi possível, mesmo com o PIB crescendo muito pouco entre 2016 e 2020? Isso aconteceu em virtude: 1) de um profundo processo de concentração e centralização de capital, sobretudo no setor de comércio e serviços – ou seja, as grandes empresas estão comprando ou ganhando mercado das pequenas e médias empresas; 2) da redução do custo da força de trabalho (direto e indireto, vinculado à reforma trabalhista), que tem implicado na redução dos salários diretos e indiretos dos trabalhadores; 3) da elevação dos preços das commodities desde 2017; 4) da desregulamentação ambiental e trabalhista, para facilitar a expansão da agropecuária e do extrativismo em novas fronteiras; e 5) do processo de privatização, que está abrindo novos espaços de acumulação.

No que tange à fração da burguesia agropecuária, chama atenção a trajetória de crescimento das taxas de lucro das quarenta maiores empresas do setor (com dados disponíveis) desde 2015, sobretudo em 2020, quando a taxa alcançou o patamar de 21%, muito superior às taxas do setor bancário-financeiro, que foi de 13,5%, sendo as mega e as grandes empresas as que obtiveram as maiores taxas de lucro.

Esses resultados das taxas de lucro da mega e da grande burguesia e suas frações (agropecuária, industrial intensiva em commodities, comercial e de serviços) reforçam o apoio dos setores dominantes brasileiros às medidas de reformas pró-mercado, mesmo que isso implique apoiar o governo Bolsonaro com todos os seus problemas e a dificuldade de ser controlado pela burguesia.

Com Bolsonaro, a burguesia permanece no mando (projeto de desestruturação dos direitos sociais, de desmanche da Constituição de 1988, de privatizações e da constitucionalização do neoliberalismo), mas sem comando, em virtude do aumento dos conflitos num contexto de crise institucional em curso. Ou seja, as reformas e as privatizações seguem como rolo compressor, mas sem o controle de parte da burguesia, como visto no processo de privatização da Eletrobras.

Cabe observar que a adoção desse projeto da burguesia dificilmente seria viável politicamente, da forma como vem sendo realizado, em condições institucionais normais.

Portanto, os golpes foram funcionais para mudar o padrão de acumulação. Nesse sentido, o vento mais intenso do redemoinho em que o Brasil se encontra é provocado pela sanha dos setores dominantes brasileiros

Esse novo padrão de acumulação brasileiro tem reforçado o poder econômico e político dos segmentos primários, intensivos em commodities, bancário-financeiro e do capital comercial, abrindo espaços para a intensificação da exploração dos recursos naturais e da força de trabalho. Setores dominantes brasileiros não recuaram em seu projeto de desmanche, o que impede a construção de uma conciliação política entre setores sociais amplos.

Nesse sentido, essa nova configuração do padrão de acumulação brasileiro removeu os germes de um possível bloco histórico capaz de direcionar o Brasil ao que Rangel (2005b) chamaria de Quarta Dualidade, ou seja, a realização das capacidades do capitalismo brasileiro via fusão entre banco e indústria e a planificação do comércio exterior como uma das molas de nossa possível transição ao socialismo³.

3 Uma nova maioria política

O bloco/pacto de poder instalado no Brasil com a Revolução de 1930 construiu as bases institucionais e produtivas que tornaram nosso país um *case* de sucesso que o situou – ao

³ Sobre a Quarta Dualidade, Jabbour e Dantas (2016: 39) enfatizamos que sua proscricção é anterior aos governos Lula e Dilma, sendo os últimos uma tentativa frustrada de formação de um bloco de poder análogo ao que propunha Rangel: “*Retornando à dinâmica da economia brasileira, o ‘modelo’ se esgotou sob os auspícios da combinação entre hiperinflação e endividamento externo nos anos de 1980. Se por um lado Rangel percebia, pioneiramente, o papel progressista da inflação como irmã siamesa de nosso desenvolvimento, também observara, e previra, o esgotamento do papel de imobilização do sistema pela inflação. A crise de financiamento da economia demandava mudanças no próprio papel do Estado e a tomada do leme do investimento pela iniciativa privada. A tarefa de institucionalização de um aparelho de intermediação financeiro nacional, as concessões de serviços públicos a empresas privadas nacionais e regulação estatal do comércio exterior seria o passo adiante à consolidação do capitalismo nacional brasileiro pela via da internalização do centro dinâmico da economia internacional (capital financeiro). Mudanças institucionais qualitativas urgiam por implementação. Seria a inauguração da Quarta Dualidade.*”

lado da URSS e do Japão – entre os países que mais cresceram no mundo entre 1930 e 1980, puxado pelo processo de industrialização e urbanização. A Era Desenvolvimentista (1930-1980) resultou na formação de uma economia industrial moderna no Brasil no início dos anos 1980, provocando uma expansão e diversificação da estrutura industrial, ampliação do mercado interno e transformações positivas no padrão de comércio. O hiato produtivo e tecnológico entre o Brasil e os países desenvolvidos chegou aos seus menores níveis. Mesmo com esse avanço, o país encontrou enormes dificuldades para reduzir a sua vulnerabilidade externa estrutural, em virtude do endividamento externo utilizado para avançar na industrialização – notadamente durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do Governo Geisel –, e sua vulnerabilidade social marcada pela elevada concentração de renda e riqueza e pelo enorme contingente de pessoas vivendo na pobreza extrema.

Podemos discutir os termos deste processo; uma via prussiana violenta que deslocou do campo à cidade dezenas de milhões de trabalhadores e trabalhadoras em um curto espaço de tempo. Um processo que não conseguiu enfrentar as contradições do profundo anti-reformismo social do conjunto das classes dominantes brasileiras (Oliveira, 2019), menos ainda no que diz respeito ao racismo estrutural nos termos de Almeida (2018). Tais contradições, fruto do poder dos proprietários rurais (lógica da Casa Grande que permaneceu nas burguesias emergentes, que surgiram ao longo do século XX); dos quase 400 anos de escravidão; e de um processo violento de urbanização, criaram profundos limites a um projeto nacional de caráter civilizatório, mesmo com o avanço da industrialização.

A partir do momento em que a ditadura militar – e seu aparato estatal desenvolvimentista – não conseguiu mais manter elevadas taxas de crescimento, muito mesmo arbitrar o conflito distributivo entre as frações dominantes, ocorreu sua perda de legitimidade como eixo de comando da “fuga para frente”. A partir de 1985 assume a presidência da república um governante civil, José Sarney, que recebe uma herança de baixo crescimento econômico, de deterioração do cenário internacional e de crise da dívida externa, que amplificou a vulnerabilidade externa do país. Com isso, reaparecem, com bastante virulência, as disputas entre frações dominantes pela maior apropriação dos lucros, fator que foi acentuado pela ampliação da heterogeneidade do bloco no poder do capitalismo

brasileiro, haja vista a manutenção das frações existentes (industriais nacionais, capital industrial estrangeiro, oligarquias fundiárias, o capital comercial nacional) e a emergência e conformação de novos segmentos sociais, tanto nacionais quanto estrangeiros, atrelados às finanças e ao agronegócio).

A aliança entre as diversas frações dominantes, que se mantivera pela força do crescimento econômico durante a Era Desenvolvimentista, se desfez na década de 1980, criando uma grande instabilidade no âmbito econômico. O reflexo dessa disputa distributiva acirrada, num contexto de deterioração dos termos de troca e crise da dívida externa, foi a aceleração da inflação que culminou com hiperinflação nos anos finais da década (Oliveira, 2002: 20-21). Na verdade, aquele período fora marcado por uma forte disputa econômica, política e ideológica entre os segmentos sociais dominantes: segmentos industrialistas – com vestígios de perspectivas desenvolvimentista – e segmentos bancário-financeiros – articulados a uma visão cosmopolita – que vinha ganhando força com o processo de globalização atrelado às ideias neoliberais.

Ao longo da década de 1990, o processo de liberalização produtiva, comercial e financeira e as mudanças nos modos de intervenção do Estado, iniciadas no Governo Collor e consolidadas durante o Governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), conformaram no Brasil o projeto neoliberal – do bloco no poder do capitalismo brasileiro em suas relações dependentes com o capital internacional. Nesse novo padrão de desenvolvimento, as frações dominantes bancário-financeiras nacionais (grandes grupos bancários, tais como Bradesco e Itaú, e fundos de pensão) e estrangeiras (fundos de pensão, fundos mútuos de investimentos e os grandes bancos multinacionais) assumiram a hegemonia entre as frações do bloco no poder do capitalismo brasileiro. A dívida pública tornou-se um importante instrumento de acumulação da burguesia financeira ou financeirizada, num contexto de abertura e desregulamentação dos mercados financeiros. As frações industriais nacionais, por seu turno, se inseriram de forma subordinada nos movimentos da acumulação financeirizada e do capital internacional industrial (grandes empresas multinacionais).

Em linhas gerais, a entrada do país na crise da década de 1980, o advento do neoliberalismo na década de 1990 e as regressões institucionais ocorridas desde o golpe de 2016 tornaram explosivas as contradições em torno da questão da luta de classes e seus

cruzos no que tange à questão racial. Daí o caráter civilizatório do projeto nacional a ser construído.

Aqui estamos tratando de questões agudas agravadas nos últimos seis anos, mais especificamente a crise de acumulação do capitalismo brasileiro, entre 2014 e 2015, e a saídas da burguesia por meio da institucionalização de um neodarwinismo social de caráter medieval (ditadura da *mais valia absoluta*).

Logo, quando tocamos no ponto da construção de uma outra maioria política no país, estamos tratando de um processo de acúmulo de forças na sociedade em torno de formação de uma maioria, heterogênea, que enceta o projeto nacional e civilizatório como meta. Porém, existe um ponto zero neste processo: vencer as eleições do presente ano. Essa possível vitória das forças progressistas deve ser compreendida como um passo inicial à superação do atual estado de coisas.

O amálgama de uma grande frente para derrotar a extrema-direita poderá ser um passo fundamental à liberação das chamadas “forças vivas da nação”, completamente dispersas, mas existentes, em torno da reconstrução de nosso país. Essas forças vivas nacionais tenderão a ser o núcleo forjador de convicções em torno de profundas reformas institucionais que desatem os nós que impedem nossa realização enquanto nacionalidade. A formação dessa nova maioria política não tem caráter eleitoral, pois a natureza das transformações que o país exige demanda sofisticada visão estratégica e percepção do caráter geracional da reconstrução nacional.

O novo bloco histórico das forças progressistas a ser gestado no fogo da luta deverá ter em mente a necessidade de desbolsonarizar a sociedade brasileira em moldes semelhantes ao ocorrido na Europa nos 30 anos gloriosos do capitalismo. O *welfare state* foi a base material à superação do nazismo enquanto fenômeno político e de massas na Europa. Por aqui, a retomada no crescimento econômico, com distribuição de renda, e as possibilidades do desenvolvimento de mobilidade social serão as chaves ao alcance deste objetivo estratégico.

É ilusão supor duas contradições-chave: uma que coloca a economia na frente da política, portanto o problema do Brasil seria de escolhas econômicas ruins em detrimento dos

marcos institucionais desconstruídos desde a abertura comercial na década de 1990, interrompido durante os governos populares de Lula e Dilma e retomado com toda força pós-golpe de 2016. Outra ilusão é que essa nova maioria política já terá em mãos, desde seu nascimento (neste exato momento conforme as articulações do presidente Lula demonstram) um programa pronto e completo de reconstrução.

O conceito se manifesta no movimento real. Não serão imediatas a reversão das reformas trabalhista, a retomada da Petrobras ao povo brasileiro, a supressão do teto de gastos, a ativação completa de nosso sistema financeiro nacional para fins de desenvolvimento e a superação de uma arraigada subjetividade fiscalista que vive e se reproduz dentro do Estado nacional brasileiro. A cada tarefa a ser executada, a política deverá estar no comando, uma concentração de forças será necessária. Se aprofundará a luta de classes, a sabotagem interna e o papel letal da imprensa comercial. Estamos, e estaremos, diante de uma batalha pela nação brasileira.

Tratar essa formação de maioria em meio à formação de convicções estratégicas no núcleo duro desta frente não é uma saída diante de necessidades prementes de propostas. As leis da política são diferentes da economia. Caminhando se faz o caminho. Neste aspecto um objetivo fundamental a ser atingido por um possível governo progressista é mobilizar os setores organizados da sociedade em prol de determinados objetivos e atingir maioria absoluta e qualificada na Câmara dos Deputados, de forma que certas revogações sejam possíveis. Política e mobilização popular são as palavras de ordem. A falta de um ou de outro pode significar a derrota da futura experiência.

Estamos a tratar de uma frente ampla que terá de lidar com a complexidade da política brasileira e com poderosos inimigos, ao menos quatro frações do grande capital: a mídia, o capital bancário-financeiro, o capital comercial e o agronegócio. Radicalidade e amplitude é ciência e arte. O núcleo nacional e progressista (PT-PSB-PDT-PCdoB-PSOL)⁴ deverá ser o grande articular do programa, dos passos políticos e da mobilização

⁴ Partido dos Trabalhadores (Workers' Party – PT), Partido Socialista Brasileiro (Brazilian Socialist Party – PSB), Partido Democrático Trabalhista (Democratic Labor Party – PDT), Partido Comunista do Brasil

popular. Sobre este núcleo recairá também a paciência e a amplitude necessária para a formação de uma maioria parlamentar capaz de suportar as demandas de mudanças institucionais necessárias diante do quadro de destruição que o país vive.

Vejamos, o Brasil possui 34 mil obras paradas e/ou inacabadas (Lemos, 2021). A retomada destas obras demandará o fim do teto de gastos e para isso será necessária maioria qualificada na Câmara dos Deputados. Além da imprensa, enfrentaremos uma guerra semiótica contra. A nosso favor: um pesado discurso em prol da geração de emprego e renda em um país onde 100 milhões de pessoas passam por problemas de insegurança alimentar.

Nesta batalha pelos destinos da nação brasileira não haverá espaço para pequenas questões no trato da grande política. O chamado “Centrão” é um dado da realidade política nacional desde a Independência, em 1822. São quadros políticos com pés fincados em realidades das mais distintas. Deverão ser tratados como a grande política demanda: respeito, sem arrogância, buscando convergências e consensos dentro do programa estabelecido pelo núcleo nacional e progressista.

Sabemos que a formação de uma nova maioria política é a maior e mais difícil de nossas tarefas. A que exigirá força e paciência.

4 Reconstruindo o Brasil

Como dito anteriormente, desde 2015, o redemoinho em que se encontra o Brasil provocou a destruição de empresas e empregos, relacionados às indústrias pesada e de engenharia mecânica pesada, a deterioração da legitimidade das instituições (Executivo, Legislativo e sistema político, Judiciário e Forças Armadas), a privatização da Eletrobras, o fatiamento da Petrobras e a forte redução da autonomia nacional. Na verdade, do

(Communist Party of Brazil – Pcdob) e Partido Socialismo e Liberdade (Socialism and Liberty Party – PSOL).

nacional-desenvolvimentismo retornamos à pré-revolução de 1930 e à implantação de uma ditadura da *mais-valia absoluta* com a reforma trabalhista.

O grande desafio é reconstruir o que foi destruído; tarefa geracional cujo possível governo progressista a ser eleito será apenas um pequeno passo neste processo. A nova maioria política é uma construção processual, não cabendo idealismos e sim análise concreta da situação concreta. O ambiente internacional é propício a escolhas inteligentes visando o interesse nacional.

Vamos a partir daqui propor uma estratégia de desenvolvimento com apenas alguns pontos que achamos essenciais, mas que não comparecem ao debate. Ortodoxia e heterodoxia no Brasil estão fechadas em copas discutindo “regras fiscais”, quando o centro de debate deveria ser quais as mudanças institucionais a serem implementadas com a finalidade de reindustrializar o Brasil, quais setores devem ser impulsionados e quantos milhões de empregos deverão ser gerados *imediatamente*. Sairemos do usual, não discutiremos questões relacionadas a macroeconomia; o ambiente está poluído por este tipo de debate. Vamos às propostas concretas.

4.1 As infraestruturas urbanas e os grandes complexos público-privados

Rangel (2005a) expôs com muita clareza a mudança da natureza de nosso processo de industrialização que passou, com o II PND, a ser poupador de mão-de-obra com o surgimento de um Departamento I Novo na economia nacional. Diante da *transformação da crise de superpopulação agrária em crise de superpopulação urbana*, o economista maranhense propunha (Rangel, 2005a) um salto à frente em relação a uma nova união entre ortodoxos e heterodoxos em torno do “combate à inflação”⁵: inovações institucionais que induzissem a abertura de novos campos de acumulação nas cidades. A

⁵ Desde o Plano Trienal de Furtado, passando pelos “choques heterodoxos” como o Plano Cruzado e as malsucedidas tentativas de Lula e Dilma de casar estabilidade monetária com políticas desenvolvimentistas pontuais marcam essa tragédia. Trata-se de um interessante caso de estudo.

crise urbana, presente até os dias de hoje demandavam (e demandam): 1) a utilização de toda a capacidade instalada construída nos 50 anos de nacional-desenvolvimentismo; 2) o surgimento de um imenso aparelho de intermediação financeira para transferir recursos de um setor a outro da economia; 3) institucionalização de reserva de mercado ao capital privado nacional e 4) planificação do comércio exterior.

Foram as condições às inovações institucionais e as capacidades produtivas citadas que o neoliberalismo, a Operação Lava-Jato e o golpe de 2016 trataram de destruir. Qual a solução diante deste imenso impasse histórico, além da formação de uma outra maioria política *currente calamo*? A explosão da crise urbana está diante de nossos olhos e tem na criminalidade, popular e dos ricos, proporção inversa à taxa de investimentos em relação ao PIB (Rangel, 1981). A estratégia passa pela releitura das propostas rangelianas à luz de nosso tempo. Neste sentido a recomposição dos setores destruídos pela Operação Lava-Jato é fundamental. Como proceder? Parêntese necessário para pontuarmos o conselho de Sagan (2006: 45) e que resume o grande desafio intelectual aos interessados em elaborar sobre a reconstrução do Brasil:

O modo científico de pensar é ao mesmo tempo imaginativo e disciplinado. Isso é fundamental para o seu sucesso. A ciência nos convida a acolher os fatos, mesmo quando eles não se ajustem às nossas concepções. Aconselha-nos a guardar hipóteses alternativas em nossas mentes, para ver qual se adapta melhor à realidade. Impõe-se um equilíbrio delicado entre uma abertura sem barreira para ideias novas, por mais heréticas que sejam (...).

A ousadia do pensar científico hoje é ir além de pontos como o papel do Brasil nas cadeias globais de valor ou o papel da ciência, tecnologia e inovação no próximo governo. A reconstrução do capitalismo brasileiro, assentado num novo bloco histórico, vai demandar pensarmos grande, e nesse sentido não existe outra solução aos nossos dilemas. Precisamos reconstruir, uma a uma, as cadeias produtivas destruídas pela Operação Lava-Jato e recompor completamente o papel do sistema financeiro nacional e da Petrobrás em um projeto imediato à geração de milhões de empregos. O campo de debate e de discussão precisa URGENTEMENTE ser deslocado.

O foco está na geração imediata de empregos, retomando as obras paradas. Uma tarefa política por vez. Terá de ser derrubada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do teto de gastos. Ou instalar estado de emergência dada a fome que assola o país. Mas essas obras precisam ser reabertas, gerando uma boa massa de salários e efeitos de encadeamento sobre a economia. O efeito será imediato desta postura. Esse é um ponto imediato que deverá pautar nossa atitude frente ao debate, desviando o foco da questão fiscal e da macroeconomia pura e simples⁶.

A retomada destas obras é um sinal a algo maior e que demandará de nós elaboração fina e prévia de quais mudanças institucionais e a acúmulo de forças políticas necessária para enfrentar o debate e a execução desta grande operação que servirá de base à reconstrução do capitalismo brasileiro: reabrir todas as cadeias produtivas destruídas pela Operação Lava-Jato. Para tal, o grau de mudanças institucionais é alto. Daí a cautela política.

Propomos que parta do Estado a tarefa política de reconstituição do tecido empresarial brasileiro. Já existem formas jurídicas que contemplam isso como os acordos de leniência, mas é pouco. O Estado deverá rearranjar esses conglomerados com a entrega de demanda a eles. Aí entra outros elementos institucionais, pois o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros bancos públicos deverão se voltar às tarefas em torno da institucionalização da demanda fundamental à reconstrução destas empresas.

O plano deverá ser ousado e inteligente. As infraestruturas urbanas deverão ser pautadas. Ampliação dos metrô do Rio de Janeiro e São Paulo, inauguração de linhas em todas as capitais e grandes cidades que ainda não dispõem deste meio de transporte. O retorno de projetos como o “Minha Casa, Minha Vida”. Pontes, túneis, viadutos. A apresentação deste plano de reconstrução das cidades é fundamental ao país e à vida do povo.

A instituição da reserva de mercado deverá ser amplamente utilizada com a criação de grandes consórcios públicos-privados formados pelas empresas recuperadas e o Estado.

⁶ Não podemos ignorar a macroeconomia. Tudo se relaciona. Em algum momento terá de ser revista a política de metas de inflação e a temporalidade ao cumprimento das metas.

Uma nova forma de propriedade que poderá ir ao mercado de valores se financiar para fins destes empreendimentos. O modelo Petrobras, assim como o feito para construir grandes obras na China como a hidrelétrica de Três Gargantas podem servir de exemplo (Jabbour, 2006)⁷.

Batalhas políticas de grande porte serão travadas à luz desta iniciativa. Mas não temos mais escolha. Inteligência e ousadia são dois atributos fundamentais para enfrentarmos o atual momento que vivemos. Se não temos uma burguesia nacional capaz de enfrentar este desafio junto ao Estado, tratemos de deixar de buscar bodes expiatórios e construir essa burguesia.

4.2 Utilizar as tendências externas à planificação de nossa economia

Por incrível que pareça a história demonstra que quanto mais polarizado e instável o mundo se encontra, maiores são as possibilidades ao Brasil diante de uma chamada “transição hegemônica”, mesmo que de fato não seja esse exatamente o processo que está em andamento no mundo. Mas as possibilidades abertas de manutenção de equidistância em relação a China e Estados Unidos devem ser levadas às últimas consequências. O exemplo de Getúlio e as contradições nas relações entre Alemanha nazista e EUA traduzida na fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a tolerância do imperialismo ao nosso pleno desenvolvimento durante boa parte do século XX devem estar gravadas em nossa memória. O Brasil é grande demais para caber no quintal de alguém (Nogueira Jr, 2019).

Neste tocante, uma das chamadas “leis gerais” do processo de desenvolvimento está no fato de o Brasil, assim como outras economias periféricas, não terem condições de criar tendências próprias à planificação da economia. No geral, isso ocorre pelo fato dessas economias não terem as condições para isso, a saber: 1) uma revolução socialista capaz

⁷ O Estado chinês construiu uma chamada “Corporação para o desenvolvimento do Vale do Rio Yangtse” que ficou encarregada de construir a obra e apresentar planos de desenvolvimento da dita região.

de centralizar os recursos estratégicos sob controle do Estado ou 2) um capitalismo maduro onde o banco e a indústria estejam fundidos e em capacidade de operar na fronteira das novas e novíssimas tecnologias. É sob este pano de fundo que devemos observar o passado e o futuro de nosso processo de desenvolvimento. Antes da Revolução de 1930 o Brasil não tinha um mercado nacional unificado e sim ilhas (*hinterlands*), “portos empório” que se relacionavam somente com seu “polo externo”, ou seja, seu mercado. O sistema ferroviário refletia este estado de coisas ao unir o porto empório ao mercado próximo.

Um sistema desta natureza impedia a unificação do território econômico nacional, algo que as estradas – refletindo a tendência lançada pelos EUA no pós-guerra – se propunham como solução mais prática e plástica aos desígnios de unificação do território econômico nacional e consolidação da revolução burguesa no Brasil. As possibilidades foram amplamente aproveitadas com a instalação das multinacionais automobilísticas no Brasil com Juscelino Kubitschek (JK) e em seu redor cerca de duas mil empresas nacionais de autopeças. Na década de 1980 o Brasil tinha o maior parque metal mecânico do mundo.

Mas a dialética se impõe à análise do processo de desenvolvimento. Na medida em que a industrialização brasileira avançasse e os fluxos intrarregionais de mercadorias fossem se expandindo, o próprio modal rodoviário iria se tornar obsoleto e a tendência à ferrovia deveria se impor. O Brasil, por incrível que pareça, construiu as bases a esta transição com a já citada implantação de um Departamento I Novo na economia, devidamente destruído pelo neoliberalismo desde a década de 1990. Bom lembrar que a cidade de São Paulo inaugurou o metrô mais moderno do mundo em 1975 com engenheiros, locomotivas, trilhos e escadas rolantes produzidos no Brasil. O nó infraestrutural brasileiro é conhecido e reconhecido por todos, mas a falta de visão estratégica e o fiscalismo atrapalham sobremaneira a solução desta questão.

O que propomos é simples, sem ser simplista. Perceber a tendência chinesa de exportar bens públicos, entrarmos no projeto Cinturão e Rota oferecido pelos chineses, preparar nosso território para recebermos ao menos US\$ 200 bilhões em infraestruturas como trens

de alta velocidade, modernização portuária e aeroportuária⁸. Como nação independente e com visão de projeto nacional devemos impor condições aos chineses de acesso ao nosso mercado de infraestruturas: instalação de cadeias produtivas relativas a estes itens e garantias de transferência de tecnologia. Algo muito semelhante com o grande acordo que os chineses fizeram com a República Islâmica do Irã (Watkins, 2020).

Não podemos nos esquecer. A ponta externa se fecha com o lançamento do programa de infraestruturas (“Reconstruir um Mundo Melhor”), que pelo menos no papel tenta enfrentar a Iniciativa Cinturão e Rota chinesa. Internamente o trilionário Plano Biden tenta fazer frente às demandas por infraestruturas do país e recolocar o país em condições de liderar a corrida em tecnologias sensíveis envolvendo comunicações, smart cities, informação e inteligência artificial⁹.

5 Considerações finais

Este artigo, de forma direta e simples expôs uma visão que busca ir além das saídas da crise brasileira propostas. Vencer as eleições, construir uma maioria política em meio ao processo de luta fratricida contra a mídia e o grande capital. Rever privatizações e desfazer mudanças institucionais regressivas (teto de gastos, reforma trabalhista etc). Para cada tarefa um grau de concentração e estratégia política. A tarefa de reconstrução do país é geracional, não se encerrará com um ou dois mandatos progressistas.

⁸ Nos últimos anos a China transformou-se na maior credora líquida do mundo, passando o FMI e o Banco Mundial. Entre 2000 e 2017, a título de ilustração, a China forneceu créditos e financiamento para 13.847 projetos da ordem de US\$ 843 bilhões para 165 países (Smith, 2021). Somente na América Latina, entre 2005 e 2019 esses financiamentos de infraestruturas e empréstimos alcançaram US\$ 140 bilhões (Canuto, 2019). Uma grande onda de propaganda em relação a esses empréstimos refundou um velho conceito de “armadilha da dívida”, facilmente refutada pelos estudos de Brautigam, dentre eles: Brautigam e Rithmire (2021).

⁹ Pelo lado dos chineses é importante notar que em todos os indicadores relacionados ao que se convencionou chamar de Sistema Nacional de Inovação, a China tem diminuído sua distância em relação aos EUA.

Ousadia e inteligência para enfrentar as grandes questões como a fome, o desemprego, demanda uma visão de conjunto sobre a reconstrução do capitalismo brasileiro. Não basta afirmar os males da Operação Lava-Jato ao país, pois é necessário partirmos deste ponto de destruição à construção de uma nova agenda voltada à formação de grandes conglomerados públicos-privados com a finalidade de desatar o nó das infraestruturas urbanas no país, a construção de uma engenharia institucional e financeira para esta gigantesca finalidade. Pensar grande.

Por fim, aprendermos com nossa história e percebermos as possibilidades que a China oferece como exportadora de bens públicos à reconstrução de nossas conexões físicas nacionais. Deveremos aproveitar esta tendência criada pela China e planejarmos nossa economia e preparar nosso território para receber bilhões de dólares de investimentos em infraestruturas por parte da China. Dentro de um grande acordo entre dois grandes projetos nacionais, envolvendo transferência de tecnologia, por exemplo.

Um acordo deste tipo não necessariamente demanda utilização de “poupança externa”. O acordo China-Irã prevê a troca de petróleo por obras e cadeias produtivas por 25 anos e valores da ordem de US\$ 400 bilhões de dólares. O Brasil, e a América do Sul, poderiam reunir-se em torno de um gigantesco projeto de integração regional fechando um acordo semelhante de troca de commodities por obras e tecnologia. Trata-se de planificação do comércio exterior em nível elevado. Além de viável, seria um ponto de viragem à América do Sul.

Referências

Almeida, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2018.

Batista Jr., Paulo Nogueira. *O Brasil não cabe no quintal de ninguém*. São Paulo: Leya.

Brautigam, Deborah e Rithmire, Meg. “The Chinese Debt Trap Is a Myth: The Narrative Wrongfully Portrays Both Beijing and the Developing Countries It Deals With.” *The Atlantic*. Última modificação Fevereiro 6, 2021. <https://www.hbs.edu/faculty/Pages/item.aspx?num=59720>. Acessado a 04/01/2022.

Canuto, Otaviano. “How Chinese Investment in Latin America Is Changing.” *Americas Quarterly*. Última modificação Março 12, 2019. <https://www.americasquarterly.org/article/how-chinese-investment-in-latin-america-is-changing/>. Acessado a 13/12/2021

Fiori, José Luís 2018 “A síndrome de babel e a nova doutrina de segurança dos Estados Unidos.” *Tempo do mundo* 4 (2): 49-58.

Galindo, Eryka; Teixeira, Marco Antonio; de Araújo, Melissa; Motta, Renata; Pessoa, Milene; Mendes, Larissa e Renno, Lúcio “Working Paper 4: Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.” Freie Universitat Berlin. Disponível em https://www.lai.fu-berlin.de/en/forschung/food-for-justice/publications/Publikationsliste_Working-Paper-Series/Working-Paper-4/index.html.

Jabbour, Elias e Gabrielle, Alberto 2021 *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo.

Jabbour, Elias; Dantas, Alexis e Espíndola, Carlos “China and Market Socialism: A New Socioeconomic Formation.” *International Critical Thought* 11 (1): 20-36.

Jabbour, Elias e Dantas, Alexis “Transformações regressivas e a presente transição brasileira em Ignacio Rangel.” *Geosul* 31 (61): 33-66.

Jabbour, Elias *China: infra-estruturas e crescimento econômico*. São Paulo: Anita Garibaldi.

Lemos, Davi “Brasil possui 34 mil obras federais paralisadas, diz Paulo Azi.” *Política Livre*. Última modificação Outubro 1, 2021. <https://politicalivre.com.br/2021/10/brasil-possui-34-mil-obras-federais-paralisadas-diz-paulo-azi/#gsc.tab=0>. Acessado a 12/12/2021.

Marx, Karl [1859] *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo. 2015.

Oliveira, Nelson “Um país privado, os dilemas conjunturais de uma oposição.” *Cadernos do CEAS* 200: 9-25, 2002.

Oliveira, Nelson “Anti-reformismo, estabilidade e desarticulação social: espectros de um republicanismo oligárquico,” pp. 1990-2000 in F. Guedes & E. Pinto (org.) (*Des)Ordem e regresso: o ajustamento neoliberal no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec/Mandacaru, 2009

Oliveira, Francisco de “Jeitinho e Jeitão: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro.” *Revista Piauí* 73 (Outubro), 2012. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/jeitinho-e-jeitao/>

Pinto, Eduardo Costa; Pinto, José Paulo; Nogueira, Isabela; Balanco, Paulo; Schonerwald, Carlos e Baruco, Grasiela. “A guerra de todos contra todos e a lava jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro.” *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* 57 (setembro/dezembro), 2019: 108-147.

Rangel, Ignácio [1985] “Economia: Milagre e Anti-Milagre.” in Ignácio Rangel, obras reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a

Rangel, Ignácio [1981] “A história da dualidade brasileira.” In Ignácio Rangel, obras reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b

Rangel, Ignácio “Criminalidade e crise econômica.” *Ensaio FEE* 1 (1), 1981: 95-107.

Sagan, Carl [1995] *O mundo assombrado pelos demônios*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

Smith, Elliot “Chinese loans leave developing countries with \$385 billion in hidden debts, study says.” CNBC. Última modificação Setembro 30, 2021. <https://www.cnn.com/2021/09/30/study-chinese-loans-leave-developing-countries-with-385-billion-in-hidden-debts.html>. Acessado a 15/12/2021.

Vadell, Javier “Globalización e interconectividad en sistema mundial moderno: transformaciones globales, Belt & Road Initiative y sistema sino-céntrico.” in Sara Caria & Isabella Giunta (ed.), *Pasado y presente de la cooperación internacional: una perspectiva crítica desde las teorías del sistema mundo*. Quito: Editorial IAEN, 2020.

Vadell, Javier; Secches, Daniela e Burger, Mariana “De la globalización a la Interconectividad: reconfiguración espacial en la iniciativa Belt & Road e implicaciones para el Sur Global.” *Revista Transporte y Territorio* (21), 2019: 44-67.

Watkins, Simon “China Inks Military Deal with Iran Under Secretive 25-Year Plan.” Global Research. Última modificação Julho 20, 2020. <https://www.globalresearch.ca/china-inks-military-deal-iran-under-secretive-25-year-plan/5718940>. Acessado a 03/11/2021.